

As práticas extensionistas da Emater frente à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: um estudo na microrregião de Pará de Minas/MG

Extensionist practices of Emater in respect of the Nacional Policy of Technical Assistance and Rural Extension: a study in the microregion of Pará de Minas/MG

Amanda Cristina Diniz Alves

amanda_ddiniz@hotmail.com

Cientista Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011). Especialista em Consultoria e Licenciamento Ambiental pelo Centro Universitário UNA (2014) e Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Recebido em: 05/10/2017
Aprovado em: 01/11/ 2017

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 6 | N.2 | JUL-DEZ.2017

RESUMO

O trabalho foi conduzido com o objetivo de avaliar se as práticas dos técnicos da Emater na microrregião de Pará de Minas estão em consonância com as orientações e diretrizes da Pnater. Para tanto, uma pesquisa de campo foi realizada com cinco técnicos da instituição. Considerando que a pesquisa foi de natureza qualitativa e cunho exploratório, utilizou-se a técnica de entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente preparado. Os resultados da pesquisa apontaram que as práticas dos técnicos entrevistados ainda estavam baseadas no modelo clássico de assistência técnica e extensão rural, em que o técnico cumpre a função de levar seus conhecimentos aos agricultores, desconsiderando o conhecimento e saber que estes possuem. Também não foi possível notar a possibilidade de transição para o modelo agroecológico, um dos principais pontos da Pnater. Acreditamos que ainda faltava, por parte da instituição, uma melhor preparação dos técnicos locais para essa nova atuação no âmbito da ATER.

Palavras-chave: Assistência técnica; Extensão rural; Pnater; Emater; Práticas Extensionistas.

ABSTRACT

The work was conducted with the objective of evaluating whether the practices of Emater technicians in the micro region of Pará de Minas are in line with the guidelines and guidelines of Pnater. For that, a field research was carried out with five technicians of the institution. Considering that the research was qualitative and exploratory, the technique of semi-structured interviews was used, with a previously prepared script. The results of the research indicated that the practices of the technicians interviewed were still based on the classic model of technical assistance and rural extension, where the technician fulfills the function of taking his knowledge to the farmers, disregarding the knowledge and knowledge that they have. It was also not possible to note the possibility of transition to the agroecological model, one of the main points of Pnater. We believe that the institution still lacked a better preparation of local technicians for this new activity within ATER.

Keywords: Technical Assistance; Rural Extension; Pnater; Emater; Technician practices.

Introdução

Até o final da década de 1920, o setor agropecuário era dominante na economia brasileira. Após a crise de 1929 nos Estados Unidos, a economia brasileira evoluiu para uma economia urbanizada e industrializada, deixando o setor agropecuário de ser o segmento dominante. Essa transformação da economia esteve baseada na substituição de importações e em uma urbanização acelerada pelo êxodo rural.

A transição da economia de base agropecuária para uma economia urbanizada e industrializada despertou o interesse pela industrialização e pela elevação da produção nacional, culminando em um processo de modernização da agricultura brasileira, a partir dos anos de 1960. Esse processo de modernização, denominado ‘Revolução Verde’, visava o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas baseando-se no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, melhoramento genético de sementes e mecanização no campo. A Revolução Verde representou “um jeito capitalista de dominar a agricultura” (ZAMBERLAM; FRONCHET 2001, p. 13), pois privilegiou uma pequena parcela em detrimento de milhares de agricultores em todo o país.

Nesse contexto, foi criado o sistema oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que reproduzia no Brasil, o modelo americano de apoio e fomento a este setor produtivo. Seguindo esse modelo, acreditava-se que o repasse de conhecimentos aos agricultores e seus familiares, seria suficiente para que adotassem novos hábitos e novas atitudes, culminando no desenvolvimento de novas habilidades em suas atividades produtivas (FIGUEIREDO *apud* FONSECA 1985 p. 39).

O modelo de extensão rural americano, introduzido no Brasil por meio de convênios entre agências americanas de extensão e o governo brasileiro, buscava a renovação de hábitos e atitudes, a fim de melhorar as condições da propriedade, do lar e da vida das populações rurais. A preocupação central estava na educação das populações rurais e muitos projetos foram desenvolvidos nesse sentido. Em um cenário desenvolvimentista, tais projetos apresentavam elementos próprios da subordinação da classe trabalhadora ao poder econômico, pois a prioridade era “ensinar o homem do campo a fazer”, e assim aumentar a produção e a produtividade neste meio.

Apesar do modelo de extensão rural americano ter se intensificado no Brasil a partir da década de 1960, com a modernização da agricultura, um dos pontos marcantes na história da ATER no Brasil foi a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural

(ACAR), que surgiu em 1948. O objetivo da associação era melhorar as condições de vida no meio rural através do aumento da produtividade das atividades agrícolas e da educação da família rural.

Para coordenar as ACAR, foi criada em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que formavam o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater). Segundo Dias (2008), nessa época, o público beneficiado não o pequeno produtor, mas o médio e grande produtor, como também produtos e regiões com maior potencial de resposta às tecnologias modernas e inserção mercantil.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (Emater) surgiu na década de 1970 como empresas públicas estaduais vinculadas às Secretarias de Agricultura dos Estados, criadas em substituição às ACAR. A Emater em Minas Gerais foi criada em 1975, mesmo ano em que era extinta a ACAR, com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de ATER, buscando difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida no meio rural do estado de Minas Gerais, de acordo com as políticas de ação do Governo estadual e federal (EMATER/MG, 2011).

Os serviços de ATER, que eram coordenados pela ABCAR, foram, na década de 1970, estatizados a partir da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (Embrater), que ficou responsável pela coordenação de todas as Emater. Em 1990, porém, no governo do presidente Collor, a Embrater foi extinta e o Sibrater desativado, abandonando os esforços realizados anteriormente em prol da existência dos serviços de ATER no Brasil. Como resultado, a extensão rural ficou sem coordenação nacional, e as Emater passaram a ser de responsabilidade dos governos estaduais. Alguns estados reestruturaram esses serviços, dando várias formas institucionais e criando mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes.

Durante todo esse processo histórico de formação e estruturação dos serviços de ATER no Brasil, o que se vivenciou no meio rural foi uma grande crise econômica e socioambiental. Os problemas causados pelo modelo de extensão até então adotado perpassam pelo grande número de subempregados e desempregados, haja vista a elevação do trabalho temporário; pela crise da produção de alimentos, agravada pela concentração da posse de terras; pela dependência da agricultura em relação ao setor industrial; pela

miséria e piora das condições de vida do trabalhador rural; pela elevação do êxodo rural; por problemas de ordem ambiental; entre outros. Assim, esse período foi marcado por um processo de ‘modernização conservadora’, uma vez que, grande parte da população ficou a margem do processo de desenvolvimento.

A partir da década de 1980 é que começaram a surgir importantes mudanças no âmbito dos serviços de ATER, pois se começou a pensar em uma forma extensão rural com um caráter mais humanista. Esse movimento ganhou força somente na década seguinte, 1990, onde as ideias de Paulo Freire passaram a influenciar, efetivamente, os serviços de ATER.

Para Freire (1971), a falta de diálogo entre extensionista e agricultor restringia a reflexão e a apropriação de conteúdos, dificultando a transformação da informação em conhecimento útil para quem recebia. Segundo ele, o termo ‘extensão’ não seria o mais apropriado para definir as ações de extensão rural, pois transformava os homens em “coisa” negando-os enquanto seres de transformação do mundo. Isso porque, na ‘extensão’ o que se pretendia era substituir uma forma de conhecimento por outra, realizando assim uma “invasão cultural”, que depositava conhecimento de forma vertical e “antidialógica”. Assim, o termo mais apropriado para esses serviços seria o de ‘comunicação’, que evidencia a importância da comunicação entre extensionistas e agricultores, para que, juntos, possam encontrar as soluções necessárias para a resolução de seus problemas. Também, a partir da década de 1990, as questões ambientais e sobre sustentabilidade tornaram-se palco de estudos e discussões. Nesse ensejo, começou-se a discussão sobre novas formas de prestação de serviços de ATER.

Somente no fim de 2003, o governo federal implementou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). A finalidade dessa política era orientar as entidades responsáveis pelos serviços de ATER para uma nova prática, capaz de contribuir para a realização de uma nova forma de agricultura que preservasse os recursos naturais, assegurando aos beneficiários, a produção de alimentos saudáveis e acima de tudo valorizando os conhecimentos dos agricultores e respeitando sua realidade (MDA, 2004).

Como questões centrais da política, tem-se o desenvolvimento rural sustentável; o uso de metodologias participativas; a valorização do conhecimento local; o fortalecimento da agricultura familiar, respeitando-se a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, éticas, culturais e ambientais do país; a inclusão social da população rural brasileira mais pobre; a oferta de alimentos saudáveis; a geração de renda e novos postos

de trabalho. Para todo esse processo, o eixo orientador para todas as ações de ATER deveria, necessariamente, ser a Agroecologia.

Para Caporal e Ramos (2006), trabalhar na perspectiva da Agroecologia significa orientar uma maior sustentabilidade ambiental na agricultura e buscar um desenvolvimento com mais equidade social, geração de renda e postos de trabalho no meio rural, respeitando-se as diferenças culturais das pessoas envolvidas. Assim, “a riqueza da nova ATER, está na sua capacidade criativa, na sua capacidade de adaptar a ação aos elementos da realidade” (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 08).

Essa nova proposta para a ATER pública representou um importante instrumento capaz de colaborar para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável que pudessem, de fato, assegurar melhores condições de vida para as populações rurais, sanando assim, os diversos problemas originados dos modelos de extensão rural até então desenvolvidos.

No Brasil, os serviços oficiais de extensão rural estão presentes em quase todos os municípios, constituindo-se, portanto, como um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural. Isso ganha maior relevância quando se reconhece a existência de um grande contingente populacional no campo que não têm acesso a fatores básicos como alimentação, saúde, emprego e sustentabilidade. Nessa perspectiva reconhecer o importante papel que a extensão rural representa torna-se cada vez mais necessário, pois é através da atuação das entidades de ATER que será possível atingir um novo estágio no âmbito da extensão rural.

Considerando todos esses aspectos e considerando que a Emater é umas das maiores empresas de ATER do país, sendo a responsável pela prestação desses serviços no Estado de Minas Gerais, é que surgiram as questões que nortearam o presente estudo: as práticas extensionistas da Emater estão em consonância com as orientações e diretrizes da Pnater? Houve alguma mudança nas práticas dos técnicos dessa instituição após a implementação dessa política?

Assim, buscar-se avaliar se as práticas dos técnicos da Emater estão em consonância com as orientações e diretrizes da Pnater e, ainda, se houve alguma mudança de atuação após a implementação da política. Como resultado, espera-se contribuir para que todos os envolvidos nos processos de extensão rural reflitam sobre a importância de se adotar as mudanças propostas pela Pnater a fim de contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento rural sustentável.

Processo metodológico

O estudo foi realizado na microrregião de Pará de Minas, que incorpora cinco municípios: Florestal, Onça de Pitangui, Pará de Minas, Pitangui e São José da Varginha. Essa microrregião pertence à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e apresenta um cenário agrícola notável, estando bastante próxima à capital mineira, o que potencializa o escoamento da produção agrícola e confere maior dinâmica à atividade.

Os municípios pertencentes a essa microrregião são municípios de pequeno porte, havendo uma predominância de estabelecimentos rurais no âmbito da agricultura familiar, isto é, de estabelecimentos com áreas pouco extensas, onde a gestão da propriedade é realizada pela família, sendo a principal renda, oriunda do trabalho na propriedade. Assim, a microrregião apresenta um cenário favorável ao desenvolvimento das atividades de ATER na perspectiva da Pnater, pois a política visa justamente a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar.

A pesquisa, de natureza qualitativa e cunho exploratório, foi realizada no ano de 2011. Na primeira etapa realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio da qual se buscou um aprofundamento sobre a temática. Na segunda, realizou-se uma pesquisa de campo, através da técnica de entrevistas com roteiro semiestruturado.

A construção do roteiro levou em consideração a Pnater, tomando como base seus princípios, diretrizes e orientações. A primeira parte do roteiro abarcava, sucintamente, informações pessoais dos entrevistados (informações sobre a infância, escolha pela área de formação, experiências profissionais, etc.). Depois, buscou-se entender a percepção dos entrevistados sobre os serviços de ATER, sobre os conceitos de assistência técnica e de extensão rural e sobre seu trabalho (métodos utilizados, orientações repassadas, etc.). Outra parte fazia referência à Pnater e outra a temáticas ambientais e Agroecologia.

No total foram realizadas cinco entrevistas com técnicos locais da Emater de cada município da microrregião de Pará de Minas. Esse número de entrevistados abarca a quase totalidade de técnicos existentes na microrregião, uma vez que, cada município possuía apenas um com a função de Extensionista Agropecuário, com exceção de Pará de Minas que possuía três, sendo dois com a função de Extensionista Agropecuário e uma

Extensionista de Bem Estar Social (BES)¹. Das cinco entrevistas, três foram realizadas presencialmente e duas via correio eletrônico, devido à indisponibilidade de tempo dos entrevistados para a participação presencial na pesquisa.

Os entrevistados foram divididos em dois grupos: um primeiro (G1) para técnicos com mais de 25 anos de trabalho na Emater (três entrevistados) e outro (G2), para técnicos com menos de 15 anos de trabalho na Emater (dois entrevistados).

Resultados e discussões

Todos os entrevistados possuíam curso superior, sendo quatro formados em Agronomia e um com curso técnico em Agropecuária e superior em Administração. A formação ocorreu na Universidade Federal de Viçosa (UFV) em três casos, e na Universidade Federal de Lavras (UFLA) em outros dois, em meados dos anos 1970 e fim dos anos 1980, período auge do crescimento e consolidação da modernização da agricultura brasileira, onde a primazia dos serviços de ATER era a alta difusão de tecnologias para o aumento da produção e da produtividade.

A escolha pela área de formação se deu pelo gosto pelas questões rurais, ou ainda, por influência familiar. Os entrevistados eram, em sua maioria, de origem urbana, todavia, viveram em cidades interioranas de pequeno porte durante a maior parte da vida, o que de certa forma estreita a relação com o meio rural, dadas as características de tais cidades.

As experiências profissionais eram diversas, mas todas apontando para o mesmo caminho, ora para atividades relacionadas à agricultura, ora para a pecuária. A maioria vivenciou as mudanças nas orientações das práticas extensionistas ao longo dos anos, dada a época de formação e, principalmente, o tempo de trabalho na Emater.

Ao ingressarem na instituição, os entrevistados participaram de apenas um curso de capacitação para extensionistas, sendo este composto por uma parte teórica, onde passaram por um período de isolamento estudando sobre extensão rural e uma parte prática, na qual foram para um escritório local semelhante ao que iriam trabalhar para depois assumirem o cargo.

¹ Buscamos nessa pesquisa, entrevistar todos os técnicos do município de Pará de Minas a fim de atingir a totalidade de técnicos na microrregião. Entretanto, nem todos os técnicos possuíam tempo hábil para participar da pesquisa ou respondê-la via e-mail, ocasionando na participação de apenas um Extensionista Agropecuário.

Sobre o entendimento dos entrevistados acerca do serviço de ATER, entre o G1, a resposta frequente foi que esses serviços requeriam a passagem de informações ao agricultor, para orientá-los em como começar determinada atividade ou em como proceder após ter começado, visando o aumento da produtividade, como na seguinte fala: “é a passagem de informação técnica que você dá ao agricultor dentro da área de exploração dele, para melhorar a produtividade. Uma coisa pontual. O produtor precisa você vai lá e passa as orientações”. Já entre o G2, além desse entendimento, foi verificado um entendimento de que esse serviço deveria contribuir para melhoria de vida dos agricultores e de sua renda, como demonstrado na seguinte fala: “é uma forma de ajudar o homem no campo levando mais informações técnicas tentando aumentar a produção e aumentando a renda para melhoria da qualidade de sua vida”. Observa-se que a questão da elevação da produção e produtividade, que não deveria ser o único, ou o principal foco das práticas extensionistas, ainda era bastante recorrente e, principalmente entre aqueles que já possuíam mais tempo de trabalho com serviços de ATER.

Em relação aos elementos principais dos serviços de ATER, a maioria dos entrevistados apontou o conhecimento e experiência do técnico como o principal. Também indicaram a importância da continuidade das visitas e conversas com o agricultor. Esse caráter de continuidade dos serviços ficava comprometido em função das metas internas da empresa repassadas pelo governo federal para distribuição de verbas. Isso porque, cada escritório da Emater deveria atender anualmente a um número determinado de agricultores, ao menos uma vez e sem repetição, fazendo com que a quantidade de atendidos fosse mais importante que a qualidade do atendimento.

Outro elemento apontado como importante para a prestação dos serviços de ATER foi a formação de uma equipe mínima de um agrônomo e uma técnica de BES, o que ocorria apenas no município de Pará de Minas. Para os entrevistados, o trabalho de bem-estar social deveria ser desenvolvido por uma mulher, ressaltando uma discussão de gênero no âmbito da divisão do trabalho.

Nas sociedades rurais pode-se observar grande tradicionalismo, conseqüente dos valores patriarcais, inerentes às famílias e culturas rurais, sendo este o principal motivo das desigualdades de gênero no meio rural. Destaca-se o importante papel da mulher como mãe e esposa responsável pelas atividades domésticas e em “ajudar” nas atividades produtivas, que é compreendida como uma extensão das atividades domésticas (PASTORE *et. al.*, 2006). De modo prático, as “coisas da casa” eram de responsabilidade

da mulher e as relações com o mundo, com os negócios, coisas do homem (HEREDIA *et al.*, 1984).

Na esfera da Emater, pôde-se observar que esta divisão do trabalho ultrapassava os limites da família, se configurando na estrutura interna da instituição. Quando o entrevistado menciona a importância da profissional de BES, parece querer se colocar no “lugar do homem”, o chefe da produção, como destacado por ele:

Teria que ter uma equipe mínima, com um agrônomo e uma técnica de BES. Pois o agrônomo tem que entender de culturas, gado, horta, doenças, e ainda tem que fazer um trabalho organizacional, reunir com as famílias, o que seria mais um trabalho para a técnica de BES. A técnica de BES tinha um contato direto com a dona de casa, enfatizando a importância de limpeza dos arredores da casa, da higiene, da água, essas coisas básicas.

A diferenciação entre assistência técnica e extensão rural, foi também um ponto importante. Para todos os entrevistados a extensão rural consistia em passar informações ao agricultor para que estes pudessem melhorar suas condições de vida, e a assistência técnica esteve mais ligada ao aumento da produtividade. Notamos que, na extensão rural, a relação com o agricultor estreitava-se mais que na assistência técnica. Através da extensão é que seria possível uma aproximação com a realidade concreta do agricultor, percebendo seus limites e possibilidades. Isso pode ser identificado na seguinte fala:

A extensão rural é dia-a-dia, passa-se a ter uma relação com o produtor para além do profissional, passa-se a participar da vida dele, ter amizade. A assistência em si não te dá isso. Ela vai educar o produtor, vai mostrar ao produtor que atrás daquele problema tem uma série de medidas que a técnica vai solucionar, ela educa e abre a visão e perspectiva do produtor.

Essa colocação de um dos entrevistados chama atenção para uma característica muito peculiar dos modelos clássicos de extensão rural desenvolvidos no Brasil nos moldes americanos. Permanecia a preocupação com a educação das populações rurais.

Quando questionados sobre o método de extensão que utilizavam para prestar serviços nas propriedades, todos responderam a Unidade Demonstrativa (UD) como o principal. Esse método consistia na implantação de uma tecnologia específica em uma determinada propriedade, para que ela passasse a ser ‘exemplo’ para que as demais adotassem a mesma tecnologia. Porém, na maioria dos casos a Unidade Demonstrativa era aplicada em médias ou grandes propriedades e, portanto, seria difícil sua aplicação à

maioria, que se encontrava no âmbito da agricultura familiar. Utilizavam também os Dias de Campo, onde a prioridade era demonstrar os resultados positivos das UD's. As visitas técnicas às propriedades para sugestão e demonstrações técnicas ao produtor eram também consideradas métodos de ATER. Tais métodos foram citados pelos dois grupos, demonstrando não haver diferenças, ao menos no que diz respeito aos métodos utilizados para realização dos serviços.

Para a maioria dos entrevistados o foco do seu trabalho enquanto extensionista estava em tentar melhorar as condições de vida dos agricultores por meio do aumento da produção e produtividade das atividades agrícolas. Como destacado por um dos entrevistados, o foco é “o aumento da produção com menor custo”, o que nos faz perceber uma inaplicabilidade dos preceitos da Pnater.

Em relação ao tipo de orientação repassada pelos entrevistados aos agricultores, foi verificado que não existiam diferenças consideráveis entre o grupo com mais tempo de trabalho na instituição e o com menor tempo de trabalho. As orientações eram diversas e relacionadas a temas ligados à produção agrícola de modo geral, tais como preparo do solo, adubação, controle de pragas e doenças, manejos, etc. Orientações sobre técnicas agroecológicas, tão enfatizadas pela Pnater, não foram citadas neste momento da entrevista, mas apenas quando houve estímulo a essa temática, o que nos leva a crer que, habitualmente, estas não eram priorizadas no trabalho.

Para o G1, uma das principais dificuldades enfrentadas na prestação de serviços de ATER era o tradicionalismo dos produtores da região, tendo como consequência a resistência a mudanças e às orientações repassadas por eles, conforme passagem a seguir: “o município é bastante velho, os hábitos também, como consequência há dificuldade de mudanças, as pessoas resistem às orientações passadas. Tem dificuldade de assimilar as mudanças o que atrapalha a produtividade”. Essa constatação chama atenção para o fato de que, entre estes entrevistados, as velhas práticas extensionistas estavam mais arraigadas, demonstrando uma extensão voltada ao ‘repasso de orientações’. Esse tipo de ação vai à contramão do que propõe a Pnater, que busca resgatar os conhecimentos históricos, práticas culturais, individuais e coletivas dos agricultores e conciliá-las com o saber técnico dos extensionistas.

A esse respeito é importante relembrar a época de formação dos entrevistados e ainda, o tipo de formação ainda oferecida por algumas universidades brasileiras, que, como indicado por um entrevistado, “preparam o técnico e não o extensionista”. Para

além dos princípios técnicos, voltados à produção propriamente dita, seria necessário que as universidades formassem profissionais com uma visão mais ampla e sistêmica das atividades rurais.

Não se pode negar, no entanto, o esforço de algumas universidades e escolas técnicas em mudar esse cenário, incluindo alguns temas, como agroecologia e metodologias participativas em seus cursos e abordando-os de forma diferenciada. Salienta-se que uma das propostas da Pnater era articular-se com o Ministério da Educação e entidades de ensino, a fim de adequar os currículos e a formação profissional aos seus requisitos.

Isso porque, se os profissionais continuarem a serem formados nos moldes clássicos da ATER, os preceitos da Pnater dificilmente terão aplicabilidade futura. Em muitas escolas e universidades, as disciplinas são ensinadas de maneira isolada, sem consideração da realidade que os cerca. Caporal (2004) enfatiza que é preciso um novo profissionalismo, capaz de atentar-se para uma visão holística, para um enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, entendendo as condições específicas e totalizadoras de cada ecossistema. Assim, a formação necessita ser mais multidisciplinar, ampliando a capacidade de interação com outras disciplinas e profissões.

Outras dificuldades apontadas pelos entrevistados no cotidiano enquanto extensionistas referia-se ao fato de que cada técnico precisava atender a uma gama de atividades muito ampla, tendo que desenvolver projetos em áreas distintas: “tenho que ter noção de tudo, da terra, de gado, de galinha, de milho, de flor, de horta e por ai vai”. Diante disso, muitas vezes, esses profissionais acabavam envolvendo-se em outras atividades que não as esperadas, e acabavam descuidando das ações planejadas ou previamente acordadas com as comunidades e famílias. A esse respeito, é relevante salientar que cada município possuía apenas um técnico para os trabalhos no campo, o que justifica a sobrecarga identificada pelos entrevistados.

Sobre possíveis mudanças ocorridas na extensão após a implementação da Pnater, os entrevistados apontaram que as mudanças que ocorreram estiveram relacionadas, sobretudo, a programas do governo que não existiam e passaram a existir, ou foram mais amplamente divulgados, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)². Entre os dois grupos este programa foi bastante citado

² Para maiores informações sobre o Pronaf acesse: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>.

como sendo umas das “grandes mudanças” após Pnater, por facilitar o acesso ao crédito para a aquisição de recursos para a propriedade.

Sobre a forma de atuação de cada técnico, todos apontaram que não houve mudanças após a implementação dessa política, tendo apenas adaptado suas ações às novas oportunidades de execução de projetos que surgiram. Assim, evidencia-se que as mudanças esperadas não ocorreram efetivamente na microrregião pesquisada, o que pode ter relação com a ausência de uma preparação sólida para atuarem conforme o preconizado pela política.

Na Pnater está esboçado que um dos pontos de maior importância para a aplicabilidade do novo modelo de ATER diz respeito à capacitação de extensionistas e assessores técnicos para a transição proposta. Para o estabelecimento de um novo paradigma voltado ao desenvolvimento rural sustentável e ao estabelecimento de estilos de agricultura sustentável, baseados nos princípios da agroecologia, o ponto de partida deve ser um processo massivo de capacitação de extensionistas e assessores técnicos. Esse processo deve garantir a implantação de um enfoque de ATER baseado em processos educativos que potencializem o crescimento do ser humano como cidadão, o que requer uma sólida formação dos agentes para o uso de metodologias participativas (MDA, 2004).

Nas entrevistas não foi mencionado nenhum tipo de capacitação realizado pela instituição no sentido de adequar suas práticas à Pnater. Esse tipo de capacitação deve abranger não apenas o corpo interno da instituição, mas os agricultores e todos os outros agentes envolvidos nos processos de extensão rural.

Sobre a temática ambiental, os entrevistados informaram que o uso sustentável dos recursos naturais consistia em conciliar produção e preservação ambiental: “é você saber conciliar produção com preservação ambiental, economizar um recurso natural e interagir com o meio ambiente”; “é o melhor aproveitamento dos recursos naturais sem degradá-lo”.

Partindo da concepção de Caporal (2002), o entendimento dos entrevistados sobre este assunto está relativamente de acordo com o que realmente venha a ser os princípios gerais do uso sustentável dos recursos naturais. Essa noção, ainda que não diga exatamente tudo, expressa a necessidade de que se busquem outros estilos de vida e de produção, capazes de assegurar a preservação da base de recursos naturais da qual dependemos e da qual dependerão as futuras gerações.

Perguntou-se aos técnicos quais os projetos desenvolvidos pela Emater para a preservação dos recursos naturais e adoção de métodos voltados à Agroecologia. De

forma geral, as respostas estavam ligadas mais a orientações repassadas por eles, do que a projetos efetivamente desenvolvidos. As orientações repassadas eram para que os agricultores minimizassem o uso de agrotóxicos e evitassem esse uso sempre que possível, utilizando também produtos menos agressivos ao meio ambiente.

Em relação à Agroecologia, verificou-se que o entendimento dos técnicos perpassava apenas pelas questões ambientais, sendo associada à produção mais “ecológica” e a não utilização de agrotóxicos ou à diminuição deste uso. Um entendimento simplista, que reduz sobremaneira o conceito real da Agroecologia.

Esse enfoque corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia no manejo e no desenho de agroecossistemas sustentáveis, uma orientação que vai além dos aspectos meramente tecnológicos da produção, incorporando dimensões mais amplas que incluem as variáveis econômicas, sociais e ambientais, como também as variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade, variáveis que não foram apresentadas pelos entrevistados (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

A maioria dos entrevistados considerava que a Agroecologia era o “caminho” para se atingir o desenvolvimento rural sustentável, o que pode ser notado tanto entre aqueles com mais tempo de trabalho na instituição, como entre os mais novos, conforme declarações a seguir: “uma forma de produção ecologicamente correta que visa o desenvolvimento sustentável”; “a agroecologia é uma agricultura ecológica, como o próprio nome diz, sem os preceitos imutáveis da agricultura de antes, associados a uma melhor produtividade e conservação do solo. Eu acho que esse é um caminho para atingir o desenvolvimento sustentável”.

De fato, a Agroecologia oferece ferramentas importantes para subsidiar a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, o aspecto ‘ecológico’ e de redução e/ou exclusão do uso de agrotóxicos é apenas um aspecto desse amplo conceito, como já mencionado. Em relação ao baixo conhecimento dos técnicos sobre o enfoque agroecológico, é importante lembrar que a maioria ingressou na Universidade e se formou em uma época em que esse assunto era pouco explorado. Além disso, não houve capacitação para uma atuação em concordância com os princípios da Pnater como deveria ter acontecido.

Quando indagados sobre a possibilidade de se fazer a transição agroecológica nos municípios, todos achavam difícil devido ao tradicionalismo característico da região. Entretanto, o que se pôde notar, é que, além do tradicionalismo dos agricultores, havia também uma visão bastante tradicional por parte de alguns técnicos entrevistados, que

não acreditavam em um processo efetivo de transição agroecológica, como pode ser visto: “tem que poder usar o que tem de tecnologia. Vai existir um equilíbrio entre a agricultura moderna e a agroecológica não chegando ao nível de agricultura orgânica, só na mudança de algumas práticas já ajuda”.

Isso demonstra a dificuldade de aplicação dos preceitos da Pnater, tendo em vista que, quem é responsável pelos serviços de ATER não tem um entendimento total da Agroecologia e não acredita em uma transição total para este novo modelo de agricultura, o que também ocorre com os agricultores. Além disso, a utilização de tecnologias não exclui a aplicação da Agroecologia, demonstrando também, um baixo conhecimento acerca do conceito de tecnologia.

Para uma verdadeira transição para o modelo agroecológico é preciso uma gradativa redução no uso de produtos químicos, com o objetivo de eliminá-los ao longo do tempo, além de gerar a melhoria de métodos e técnicas de intervenção do ser humano sobre os ecossistemas. Essa transição se refere a um processo gradativo de mudanças nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo como objetivo a passagem de um modelo agroquímico de produção para estilos mais sustentáveis de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias com base ecológica. Refere-se a um processo de evolução contínua, multilinear, e crescente no tempo, sem ter um momento final determinado (COSTABEBER, 1998).

Para os entrevistados, a transição para o modelo poderia ser mais bem aceita pelos mais jovens, visto que não apresentavam tanta resistência às mudanças. Porém não foi mencionada nenhuma iniciativa da instituição em trabalhar tal transição com os jovens das comunidades o que dificultava ainda mais a transição para o modelo agroecológico.

Em síntese, o que pôde ser verificado é que as diretrizes e orientações da Pnater não estavam sendo integralmente aplicadas na microrregião estudada. A inaplicabilidade dessa política não deve, no entanto, ser atrelada apenas ao trabalho dos técnicos locais. Isso porque, há outros fatores de ordem cultural, institucional e organizacional que contribuem para a ineficácia da política. Nesse último aspecto é relevante destacar que desde o surgimento das primeiras entidades de ATER, uma característica básica era a estrutura hierarquizada, com pessoas assumindo várias funções de mando e exercendo o poder de forma centralizada. Essa estrutura foi sendo modificada à medida que as políticas foram exigindo certa modernização das organizações, contudo muitas ainda guardam elementos desta origem.

Nesse sentido, foi possível perceber durante as entrevistas que muitas tarefas e metas dos técnicos locais eram definidas previamente por outras pessoas em nível hierárquico superior, sem o conhecimento da realidade local. Isso também vai à contramão do requer a Pnater e implica diretamente na sua aplicação, pois as mudanças esperadas não podem ocorrer apenas no cotidiano daqueles que trabalham diretamente com os agricultores, mas também no âmbito da empresa como um todo.

Conclusões

Os resultados da pesquisa apontaram que as práticas da Emater na microrregião de Pará de Minas não estavam de acordo com as orientações e diretrizes da Pnater. Verificou-se o uso de metodologias convencionais de extensão rural, que têm como característica o repasse de informações técnicas aos agricultores, desconsiderando o conhecimento destes, bem como seus costumes e sua realidade. Inversamente, a Pnater enfatiza a importância do uso de metodologias participativas para que haja uma sintonia entre o conhecimento tradicional e conhecimento técnico/científico.

A percepção dos entrevistados sobre a Pnater era bastante simplista. Por esse motivo, não foi possível verificar mudanças significativas na ação individual de cada entrevistado após a implementação da política. As mudanças esperadas não abrangiam somente aspectos de produção, mas também, os aspectos metodológicos de postura do extensionista. Entretanto, há que se ressaltar que a não conformação com as orientações e diretrizes da Pnater era fruto não apenas do trabalho dos técnicos, mas de um conjunto de fatores organizacionais e institucionais que influem no cotidiano de trabalho destes.

Sobre o processo agroecológico, verificou-se também um conhecimento reducionista, que beirava o senso comum. Na visão dos entrevistados, a agroecologia referia-se apenas a questões ambientais no âmbito da produção. Sabe-se, porém, que o processo agroecológico abrange outras importantes variáveis, tais como variáveis sociais, culturais, políticas, éticas, etc. Esse baixo conhecimento pode ser reflexo da formação obtida pelos entrevistados na Universidade – realizada em um período onde o tema era pouco abordado – pela ausência de capacitação oferecida pela instituição na temática, pela descrença nos preceitos agroecológicos ou ainda, pelo tradicionalismo do público atendido por eles, o que faz com que essa prática não seja adotada.

A extensão rural, para os entrevistados, era um processo educativo, pois requeria a passagem de informações ao agricultor. A forma predominante de atuação era a de “eu vou lá e mostro como que faz”. Isso nos leva a crer que, a ação predominante não era

outra senão a de estender um “conhecimento” elaborado aos que ainda não o possuía, o que está na contramão do proposto na Pnater.

O tempo de atuação na instituição não foi determinante para uma atuação extensionista mais concordante com as orientações da Pnater. Existiam muitas semelhanças nos métodos de extensão adotados e nas percepções sobre a política e sobre as temáticas abordadas na pesquisa entre os dois grupos de entrevistados. Isso pode ter relação com o fato de já terem internalizado um conjunto de normas e regras institucionais que ultrapassavam o âmbito das ações individuais. Para que haja uma mudança na prestação dos serviços de ATER, é imperativo que se mude, não apenas a forma de atuação de cada técnico, mas também a forma de gestão e organização das entidades de ATER.

Apesar de não ser o foco desse estudo, não se pode deixar de mencionar também o fato de que, após a implementação da Pnater, outras políticas e legislações de ATER foram implementadas, apresentando muitas dessas, fragilidades e ambiguidades em relação ao proposto inicialmente pela Pnater. A principal delas, a Lei de ATER nº 12.188 de 2010, que veio para estruturar legalmente os serviços de ATER, tira de foco o eixo centralizador da Pnater, que é a Agroecologia, abordando somente a expressão ‘agricultura de base ecológica’ em um de seus artigos. Assim, a possibilidade de promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da Agroecologia e de um novo modelo de ATER fica demasiadamente comprometida, haja vista a existência de uma legislação que não apoia e corrobora com as diretrizes da política de ATER.

A discussão deste trabalho perpassa ainda pela avaliação das políticas públicas, aqui representada pela Extensão rural. Nesta perspectiva, Siman (2005) nos mostra que a avaliação, mais do que medir resultados, deve voltar-se para os processos de implementação de políticas, identificando erros e acertos, e conseqüentemente levando à construção de indicadores que permitam desenvolver novos mecanismos e estratégias que aperfeiçoem a ação política dirigida à realização de objetivos sociais desejados.

Assim, é preciso que se realize um processo rigoroso de avaliação tanto dos processos de implementação das políticas de ATER, como de seus resultados, para seja possível se chegar a uma nova forma de ação, que ultrapasse os limites do discurso e se configure na prática de todos os agentes de ATER.

Por fim, ressalta-se que o presente estudo, por ter sido realizado apenas com técnicos locais da Emater, deixa espaço para a realização de novas pesquisas que contemplem também os agricultores atendidos por essa instituição e ainda, outros níveis

hierárquicos da instituição para que se possa ter uma visão mais ampla e crítica acerca da ausência de conformação das práticas extensionistas com a Pnater.

Referências bibliográficas

CAPORAL, F. R. *Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados*. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). *Assistência Técnica e Extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Ed. Bagaço, 2006. p. 9-34.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão rural*. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, RS, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar.2000.

CAPORAL, F.R. *Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: Um Manifesto em Defesa da Extensão rural Pública e Gratuita para a Agricultura Familiar*. In: SEMINÁRIO NACIONAL: DECIDINDO POLÍTICAS DE EXTENSÃO RURAL PARA O BRASIL, Brasília – DF. Anais... Federação das Associações e Sindicatos da Extensão rural e do Setor Público Agrícola do Brasil, 2002.

CAPORAL, F.R.; RAMOS, L. de F. *Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia*. Brasília, 2006.

COSTABEBER, J. A. *Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil*. Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de De Córdoba, España, 1998.

DIAS, M. M. *Políticas Públicas de extensão rural e Inovações Conceituais: Limites e Potencialidades*. *Revista Perspectiva em Políticas Públicas*, v.1, n.1, p.28-36, jan - jun. 2008.

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS- EMATER-MG- *O jeito mineiro de fazer extensão rural*. Belo Horizonte: 2008.

FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto para o capital*. São Paulo. Ed. Loyola 1985.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* 11ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

HEREDIA, B.; GARCIA, M. F.; GARCIA JUNIOR, A. *O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas*. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: maio de 2004.

PASTORE, E.; POLESE, N. C.; PASTORE, L. M. *O papel da mulher na agricultura diversificada e agroecológica: influências e mudanças nas relações de gênero*. In:

Seminário Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis. *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. Florianópolis: UFSC, 2006.

SIMAN, A. M. *Políticas públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático*. 2005. 300 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ZAMBERLAN, J.; FRONCHETI, A. *Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente*. Petrópolis: Vozes, 2001.